

Demonstrações Financeiras

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

BRK Ambiental – Sumaré S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BRK Ambiental – Sumaré S.A.
Sumaré - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Sumaré S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Sumaré S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha registrado saldos de ativos de contrato e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 9 e 11, com os montantes de R\$52.905 mil e R\$161.249 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão;
- Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados;
- Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2021, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção;
- Recálculo das amortizações e da margem de construção reconhecidas no exercício de 2021 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura da concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 9 e 11, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;


- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.293	2.673	Fornecedores	12	13.410	8.758
Contas a receber, líquidas	6	21.218	17.630	Passivo de arrendamento	13.1	1.542	704
Adiantamentos a fornecedores		2.597	2.678	Debêntures	13.2	4.789	70.882
Tributos a recuperar	7	2.167	2.091	Salários e encargos sociais	14	3.040	2.959
Estoques		901	1.126	Tributos a pagar		708	502
Despesas antecipadas	8	1.374	1.595	Outros passivos		62	62
Outros ativos		144	89				
		<u>63.694</u>	<u>27.882</u>			<u>23.551</u>	<u>83.867</u>
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	7	2.151	2.690	Passivo de arrendamento	13.1	2.503	1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (a)	33.140	31.626	Debêntures	13.2	200.600	58.243
Despesas antecipadas	8	1.027	2.084	Partes relacionadas	15	3.033	18.085
Outros ativos		128	89	Adiantamento para futuro aumento de capital			20.350
		<u>36.446</u>	<u>36.489</u>	Provisões para contingências	17	114	317
				Obrigações com benefícios pós emprego	18	225	290
						<u>206.475</u>	<u>98.755</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido	19		
Ativos de contrato	9	517	1.012	Capital social		158.100	129.750
Ativo de direito de uso	10	52.905	30.867	Prejuízos acumulados		(69.417)	(66.343)
Intangível	11	3.908	2.017	Ajuste de avaliação patrimonial		10	(105)
		<u>161.249</u>	<u>147.657</u>			<u>88.693</u>	<u>63.302</u>
		<u>255.025</u>	<u>218.042</u>				
Total do ativo		<u>318.719</u>	<u>245.924</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>318.719</u>	<u>245.924</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	20 (a)	134.889	116.279
Custos dos serviços prestados	20 (b)	<u>(108.581)</u>	<u>(87.433)</u>
Lucro bruto		26.308	28.846
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20 (b)	(16.369)	(15.936)
Perdas de créditos esperadas	20 (b)	(2.550)	(3.482)
Outras despesas, líquidas	20 (b)	<u>(30)</u>	<u>(53)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		7.359	9.375
Resultado financeiro	20 (c)		
Receitas financeiras		2.932	1.486
Despesas financeiras		<u>(14.939)</u>	<u>(10.091)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(12.007)</u>	<u>(8.605)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.648)	770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (b)	<u>1.574</u>	<u>(273)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>(3.074)</u>	<u>497</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	19 (b)	<u>(0,020)</u>	<u>0,007</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício		(3.074)	497
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Obrigações com benefícios pós emprego	18	175	521
Efeitos fiscais		(60)	(177)
		115	344
Total do resultado abrangente do exercício		(2.959)	841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Lucro (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2020		54.438	(66.840)	(449)	(12.851)
Aumento de capital	19 (a)	75.312			75.312
Lucro do exercício			497		497
Outros resultados abrangentes					
Obrigações com benefícios pós emprego	19 (c)			344	344
Em 31 de dezembro de 2020		129.750	(66.343)	(105)	63.302
Aumento de capital	19 (a)	28.350			28.350
Prejuízo do exercício	19 (b)		(3.074)		(3.074)
Outros resultados abrangentes					
Obrigações com benefícios pós emprego	19 (c)			115	115
Em 31 de dezembro de 2021		<u>158.100</u>	<u>(69.417)</u>	<u>10</u>	<u>88.693</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.648)	770
Ajustes		
Depreciação e amortização	8.370	8.330
Amortização do ativo de direito de uso	2.057	1.469
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	225	
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(170)	53
Perdas de créditos esperadas	2.550	3.482
Provisão para contingências	54	268
Margem de construção	(873)	(621)
Obrigações com benefícios pós-emprego	89	81
Ajuste a valor presente ("AVP")	714	408
Juros e variações monetárias, líquidos	7.854	5.035
	<u>16.222</u>	<u>19.275</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(6.138)	(3.979)
Adiantamentos a fornecedores	2.765	176
Tributos a recuperar	463	(414)
Estoques	225	(670)
Despesas antecipadas	1.278	1.187
Outros ativos	(94)	(39)
Fornecedores	999	(3.308)
Salários e encargos sociais	81	(254)
Tributos a pagar	1.052	(120)
Provisões para contingências	(257)	(465)
Partes relacionadas	(15.321)	12.378
Outros passivos		7
	<u>1.275</u>	<u>23.774</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações	<u>1.275</u>	<u>23.774</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(754)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>521</u>	<u>23.774</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(110)	(82)
Adições ao ativos de contrato e intangível	(37.762)	(28.058)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(37.872)</u>	<u>(28.140)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de passivo de arrendamento	(2.645)	(1.827)
Ingressos de debêntures	201.000	
Custo de transação ingresso de debêntures	(1.112)	(227)
Amortizações das debêntures	(129.000)	(22.000)
Juros pagos de debêntures	(5.773)	(7.298)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.000	31.691
Partes relacionadas	(499)	5.528
	<u>69.971</u>	<u>5.867</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>69.971</u>	<u>5.867</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>32.620</u>	<u>1.501</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.673	1.172
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>35.293</u>	<u>2.673</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 **(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1 Informações gerais

A BRK Ambiental - Sumaré S.A. ("Companhia"), foi constituída em 19 de novembro de 2014, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de água e esgotamento sanitário do Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

A sede da Companhia está localizada na Rua Emílio Leão Brambila, nº 300, Sumaré, São Paulo.

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o contrato de concessão com prazo de vigência de 30 anos, que compreende os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, incluindo a gestão comercial de todas as atividades, estudos técnicos, projetos, serviços e obras necessárias à complementação, adequação e modernização do sistema, bem como a realização de atividades correlatas, serviços complementares e a exploração de fontes de receitas autorizadas, decorrente da Concorrência nº 04/2014 do Município de Sumaré, que prevê o reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e opção para renovação do prazo. Em junho de 2015, a Companhia iniciou sua operação.

O Ministério Público ajuizou com uma ação civil pública (2017) pedindo a anulação do TAC, em razão do aumento do objeto da licitação para contemplar as obrigações previstas no TAC e, subsidiariamente, a caducidade do contrato por suposta irregularidade na troca do controle acionário. Inicialmente em 18 de maio de 2020, o MP obteve uma liminar suspendendo a aplicação da revisão decorrente do TAC, mas a BRK recorreu ao tribunal e conseguiu a aplicação.

Em Agosto de 2020, o próprio MP apresentou petição requerendo a improcedência total da ACP, concluindo pela inexistência de qualquer vício na licitação.

Em Maio de 2021, o juiz proferiu decisão de mérito (sentença) a favor da BRK, confirmando a regularidade da concessão e evitando que a tarifa fosse reduzida em 10,86%.

Em Julho de 2021, o Município recorreu da sentença (apelação), pendente de julgamento, sendo remotas as chances de a sentença ser alterada pelo tribunal.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 25 de Março de 2022.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) COVID-19

Com a disseminação da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo vem implementando medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia atua, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. A Companhia vem monitorando atentamente a disseminação da pandemia no território nacional e seus desdobramentos, tendo constituído um Comitê de Gestão de Crise, que está focado em três prioridades: (i) proteger a segurança dos funcionários e clientes; (ii) garantir a continuidade das operações; e (iii) preservar a liquidez financeira da Companhia.

O abastecimento de água e os serviços de esgoto são serviços essenciais e parte fundamental no combate à proliferação da COVID-19. Considerando situações e realidades distintas em cada região de atuação, as atividades são planejadas e organizadas de forma a garantir a continuidade do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto aos clientes, com segurança para os funcionários e comunidades, seguindo rigorosamente as determinações das autoridades públicas de saúde. Visando garantir a saúde dos funcionários, a Companhia ampliou o programa de monitoramento de saúde.

Foram realizadas avaliações sobre as demais estimativas contábeis considerando os reflexos trazidos pela pandemia, sendo que (i) não há indicativo de mudança no valor recuperável (*impairment*) de seus ativos imobilizados e intangíveis; (ii) não foi identificado a necessidade de ajuste para realização dos estoques; (iii) não foi identificada alteração no valor justo das receitas; (iv) não foram identificados impactos significativos nos contratos de arrendamento, e (v) não há eventos ou condições identificadas que afetem de forma significativa a continuidade operacional da Companhia, ou modifiquem de forma significativa a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

(b) Programa SOX

No exercício de 2021 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Programa de Compliance

A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas.

A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Ainda em 2021, a BRK Ambiental e suas controladas receberam a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.3 Ativos financeiros e não financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

2.3.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.4 Contas a receber e perdas de créditos esperadas

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito a faturar de clientes é classificado como:

(a) Contratos de concessão (Intangível)

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

2.5 Intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública, reconhecido conforme nota 2.13 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (c)).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Softwares e direito de uso

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com sua vida útil estimada.

O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre o Poder concedente ou cliente.

(c) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 11) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

2.6 Ativos de contrato

O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que os ativos se encontram em fase de construção.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 2 a 6 anos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2.9 Debêntures

São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os valores estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas de debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo das debêntures sejam sacadas.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre debêntures como atividade de financiamento.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data da demonstração financeira.

2.11 Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital "AFAC" têm por finalidade exclusiva o aumento de capital social pelos acionistas na Companhia. No exercício de 2020 a Companhia teve o saldo remanescente de R\$ 20.350 e no decorrer do exercício de 2021, recebeu o montante de R\$ 8.000, no dia 15 de abril de 2021, o montante de R\$ 28.350 foi totalmente capitalizado.

2.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo as receitas referentes a prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto. As receitas incluem ainda, parcela não faturada que representam receitas incorridas, cujo consumo foi realizado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2021 e 2020 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

(c) Outros benefícios pós emprego

A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde (“plano de saúde”) pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual.

A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo.

As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros.

A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, portanto a alteração no CPC 06 (R2) não é aplicável para a Companhia.

2.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

CPC 50 - Contratos de seguro

Em maio de 2021, o CPC aprovou o CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 se aplica a empresas seguradoras, portanto não é aplicável na Companhia.

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

O CPC emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. A Companhia avaliou a norma e não identificou impacto na Companhia.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis

O CPC emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis

O CPC emitiu alterações ao CPC 26 (R1), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

A Companhia avaliará os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 **(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC_01 (R1)). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. (Nota 2.13 (b)).

(d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (a).

(e) Vida útil do ativo intangível

Os ativos intangíveis da concessão são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

(f) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

(g) Perdas de créditos esperadas

A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço (Notas 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas, diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital às acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de arrendamento mercantil e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de alavancagem financeira no exercício findo em 31 de dezembro 2021 e de 2020, pode ser assim sumariado:

	2021	2020
Total de passivo de arrendamento (Nota 13.1)	4.045	2.174
Total de debêntures (Nota 13.2)	205.389	129.125
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(35.293)	(2.673)
Dívida líquida	174.141	128.626
Total do patrimônio líquido	88.693	63.302
Total do capital	262.834	191.928
Índice de alavancagem financeira - %	66%	67%

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2021	2020
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	35.293	2.673
Contas a receber, líquidas	21.218	17.630
	56.511	20.303
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(13.410)	(8.758)
Passivo de arrendamento	(4.045)	(2.174)
Debêntures	(205.389)	(129.125)
Partes relacionadas	(3.033)	(18.085)
Outros passivos	(62)	(62)
	(225.939)	(158.204)

4.4 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

Os saldos mantidos com partes relacionadas, no passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 15.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da Bolsa de Valores de São Paulo ("B3").

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	1.070	585
Aplicações financeiras (i)	34.223	2.088
	<u>35.293</u>	<u>2.673</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata e Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 95,6% (2020 – 78%) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

6 Contas a receber, líquidas

	2021	2020
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	30.191	24.053
Perdas de créditos esperadas	(8.973)	(6.423)
	<u>21.218</u>	<u>17.630</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2021	2020
A vencer	7.888	5.617
Vencidos		
Até 30 dias	3.074	2.440
De 31 a 60 dias	1.480	1.283
De 61 a 90 dias	945	833
De 91 a 180 dias	2.143	1.709
Mais de 180 dias	2.049	1.656
Valores a faturar	3.651	3.669
Contas a receber de clientes	21.230	17.207
Arrecadações a identificar	(412)	(23)
Agentes arrecadadores (i)	400	446
Total	<u>21.218</u>	<u>17.630</u>

- (i) Refere-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Saldo no final do exercício
Em 31 de dezembro de 2021	(6.423)	(6.595)	4.045	(8.973)
Em 31 de dezembro de 2020	(2.941)	(4.484)	1.002	(6.423)

7 Tributos a recuperar

	2021	2020
INSS retido sobre serviços	7	5
Imposto de renda	703	4
Contribuição social	129	
PIS e COFINS (i)	3.477	4.772
Outros	2	
	4.318	4.781
(-) Circulante	(2.167)	(2.091)
Não circulante	2.151	2.690

- (i) O saldo representa a opção exercida de utilização dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS nas incorporações de edificações ao ativo intangível para utilização nas suas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

8 Despesas antecipadas

Refere-se, substancialmente, a apólice de seguro SOMPO Seguros S.A, no valor de R\$ 2.401 (2020 – R\$ 3.679), com o término da vigência em novembro de 2023.

9 Ativos de contrato

	2021	2020
Saldo no início do exercício	30.867	45.846
(+) Adições	42.056	28.895
(-) Transferências - ativo intangível	(19.910)	(43.671)
(-) Outras movimentações	(108)	(203)
Saldo no final do exercício	52.905	30.867

O saldo refere-se aos investimentos na construção e ampliação de infraestrutura da estação de esgotamento sanitário do Município de Sumaré, com previsão de conclusão em dezembro de 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia capitalizou juros dos financiamentos e custo de transação no montante de R\$ 3.999 (2020 – R\$ 2.702).

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo de direito de uso

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	339	103	2.302	2.744
Adições		1.466	284	1.750
Baixas	(39)		(544)	(583)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	300	1.569	2.042	3.911
Amortização				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(33)	(2)	(934)	(969)
Amortização	(168)	(203)	(1.098)	(1.469)
Baixas			544	544
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(201)	(205)	(1.488)	(1.894)
Valor contábil líquido	99	1.364	554	2.017
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	300	1.569	2.042	3.911
Adições		4.559	2.450	7.009
Baixas		(3.116)	(807)	(3.923)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	300	3.012	3.685	6.997
Amortização				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(201)	(205)	(1.488)	(1.894)
Amortização	(99)	(572)	(1.403)	(2.074)
Baixas		354	525	879
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(300)	(423)	(2.366)	(3.089)
Valor contábil líquido		2.589	1.319	3.908
Vida útil (anos)	2 a 3	2 a 6	2 a 5	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 18 em ativos de contrato referente à amortização do direito de uso dos equipamentos utilizados na construção da infraestrutura.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	43.561	85.441	13	70	129.085
Adições	2.298				2.298
Transferências - ativos de contrato	43.671				43.671
Outras transferências	(350)		661		311
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	89.180	85.441	674	70	175.365
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(6.353)	(12.707)	(301)	(70)	(19.431)
Amortização	(5.248)	(2.852)	(90)		(8.190)
Outras transferências	(87)				(87)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(11.688)	(15.559)	(391)	(70)	(27.708)
Valor contábil líquido	77.492	69.882	283		147.657
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5 a 10		
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	89.180	85.441	674	70	175.365
Adições	1.564				1.564
Transferências - ativos de contrato	19.910				19.910
Remensurações	541		83		624
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	111.195	85.441	757	70	197.463
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(11.688)	(15.559)	(391)	(70)	(27.708)
Amortização	(5.325)	(2.852)	(85)		(8.262)
Remensurações	9	(238)	(15)		(244)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(17.004)	(18.649)	(491)	(70)	(36.214)
Valor contábil líquido	94.191	66.792	266		161.249
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5 a 10		

12 Fornecedores

	2021	2020
Aquisição de infraestrutura	5.627	1.974
Serviços e materiais para operação	7.260	6.169
Outros	523	615
	13.410	8.758

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Passivo de arrendamento e debêntures

13.1 Passivo de arrendamento

(a) Composição

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo de arrendamento	jan/2022 a ago/2024	4.045	2.174
Total		<u>4.045</u>	<u>2.174</u>
(-) Circulante		(1.542)	(704)
Não circulante		<u>2.503</u>	<u>1.470</u>

(b) Movimentação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	2.174	1.826
(+) Adição de principal	7.009	1.849
(-) Baixas	(3.170)	(82)
(-) Remensurações	(44)	
(-) Amortização de principal	(2.645)	(1.827)
(+) Amortização AVP	721	408
Saldo no final do exercício	<u>4.045</u>	<u>2.174</u>

(c) Prazo de vencimento

	<u>2021</u>
2023	1.459
2024	<u>1.044</u>
	<u>2.503</u>

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Debêntures

(a) Composição

Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2021	2020
Estruturado	9,76%	set/2021				41.520
Outorga	4,97%	out/2023				88.463
Capital de giro	6,50%	set/2023	1.112	(934)	206.323	
(-) Custos de transação					(934)	(858)
Total			1.112	(934)	205.389	129.125
Total de debêntures curto prazo					5.323	71.317
(-) Custo de transação					(534)	(435)
Circulante					4.789	70.882
Total de debêntures longo prazo					201.000	58.666
(-) Custo de transação					(400)	(423)
Não circulante					200.600	58.243
					205.389	129.125

Em 20 de abril de 2020 houve a prorrogação, para 22 de setembro de 2021, do vencimento da 3ª emissão de debêntures simples do Banco Itaú BBA S.A., não conversíveis em ações, originalmente prevista para ocorrer em 23 de abril de 2020.

Em 13 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$ 201.000, com vencimento em 9 de setembro de 2023.

Em 21 e 28 de setembro de 2021, a Companhia liquidou a 3ª e 4ª emissão de debêntures no montante de R\$ 42.568 e R\$ 66.700, respectivamente.

(b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	129.125	151.654
(+) Novas emissões	201.000	
(+) Encargos financeiros	10.113	6.615
(-) Amortização principal	(129.000)	(22.000)
(-) Amortização juros	(5.773)	(7.298)
(-) Adição custo de transação	(1.112)	(227)
(+) Custos de transação	1.036	381
Saldo no final do exercício	205.389	129.125

(c) Prazo de vencimento

	2021
2023	200.600
	200.600

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Garantias e outras informações relevantes

A garantia da 5ª emissão de debêntures inclui a garantia fidejussória da fiadora BRK Ambiental.

14 Salários e encargos sociais

	2021	2020
Benefícios	7	7
Obrigações sociais	457	404
Provisões de férias	1.489	1.419
Participações nos lucros	1.087	1.129
	<u>3.040</u>	<u>2.959</u>

15 Partes relacionadas

	Partes relacionadas		Custos/despesas operacionais		Resultado financeiro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<u>Mútuo (i)</u>						
BRK Ambiental					(407)	(410)
<u>Demais partes relacionadas (ii)</u>						
BRK Ambiental	3.033	18.085	(9.035)	(9.340)	(2.398)	(3.042)
	<u>3.033</u>	<u>18.085</u>	<u>(9.035)</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(2.805)</u>	<u>(3.452)</u>

- (i) Os contratos de mútuos mantidos entre a Companhia e a BRK Ambiental representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados a tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no CPC 26 (R1).

Em 17 de setembro de 2021, a Companhia efetuou liquidação do mútuo com a BRK Ambiental, no montante de R\$ 21.689.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não capitalizou juros de mútuo (31 de dezembro de 2020 – R\$ 283).

- (ii) O saldo refere-se ao rateio de despesas e serviços prestados pelo acionista controlador, conforme contratos entre as partes.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Passivo de arrendamento partes relacionadas

O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas com a Ouro Verde no montante de R\$ 3.511 (2020 – R\$ 1.158), com vencimento entre janeiro de 2022 e a agosto de 2024.

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2021	2020
Ativo diferido	33.140	31.626
	33.140	31.626

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros do Grupo, sem prazo de prescrição.

	2021
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	37.978
	37.978
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2023	684
2024	392
2027	565
2028	1.663
2029	2.766
2030	3.651
2031	4.850
Demais anos	23.407
	37.978
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(4.838)
2028	(4.838)
	(4.838)

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado		Reconhecido diretamente no patrimônio líquido		Outros	2020
	2019					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	33.124	946				34.070
Provisões	877	(153)				724
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei 12.973	318	(318)				
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós emprego	232	44			(177)	99
Total ativo fiscal diferido	34.551	519			(177)	34.893
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(2.475)	22			(814)	(3.267)
	32.076	541			(991)	31.626
Passivo fiscal diferido						
Receita e custo de construção	(560)	(152)				(712)
Capitalização de juros e custo de transação	(1.915)	(617)				(2.532)
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)		(45)				(45)
Total passivo fiscal diferido	(2.475)	(814)				(3.289)
Compensação CPC 32 (IAS 12)	2.475				814	3.289
		(814)			814	

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado		Reconhecido diretamente no patrimônio líquido		Outros	2021
	2020					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	34.070	3.301				37.371
Provisões	724	(217)				507
IFRS16	22	1				23
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós emprego	99	38	(60)			77
Total ativo fiscal diferido	34.915	3.123	(60)			37.978
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(3.289)				(1.549)	(4.838)
	31.626	3.123	(60)		(1.549)	33.140
Passivo fiscal diferido						
Receita e custo de construção	(712)	(261)				(973)
Capitalização de juros e custo de transação	(2.532)	(1.287)				(3.819)
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)	(45)	(1)				(46)
Total passivo fiscal diferido	(3.289)	(1.549)				(4.838)
Compensação CPC 32 (IAS 12)	3.289				1.549	4.838
		(1.549)			1.549	

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável, como segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(4.648)	770
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.580	(262)
Efeito das adições permanentes	(6)	(11)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	1.574	(273)
Alíquota efetiva	-33,86%	-35,45%

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Provisões para Contingências

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Em 1º de janeiro de 2021	127	190	317
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	228	12	240
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(133)	(53)	(186)
(-) Pagamento	(204)	(53)	(257)
Em 31 de dezembro de 2021	18	96	114

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável que sim do que não de ocorrer, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

Processos de natureza cível - Referem-se a processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza tributária e previdenciárias no montante de R\$ 596 (2020 – R\$ 514), representado por diversos processos.

Processos de natureza ambiental - Referem-se a processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 15 (2020 – R\$ 15), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso.

Processos de natureza trabalhista - Referem-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 4.457 (2020 – R\$ 4.154), representado por diversos processos.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

<u>Natureza</u>	<u>2021</u>
Reclamações cíveis	596
Contingências ambientais	15
Contingências trabalhistas e previdenciárias	4.457
	<u>5.068</u>

18 Obrigações com benefícios pós emprego

Plano de assistência médica pós-emprego

(i) Premissas atuariais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	5,30% a.a.	3,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

(ii) Movimentação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	290	682
(+) Adição de principal	89	81
(+) Adição de juros	21	48
(-) Remensuração de perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes	(175)	(521)
Saldo no final do exercício	<u>225</u>	<u>290</u>

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BRK Ambiental Participações S.A.	100,00	100,00	158.100	129.750	186.545.465	129.749.836

Em 23 de junho de 2020, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 75.312, com a emissão de 75.312.284 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC").

Em 28 de abril de 2021, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 28.350, com a emissão de 56.795.629 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") sendo R\$ 20.350 saldo de 31 de dezembro de 2021 e R\$ 8.000 recebidos da controladora até 28 de abril de 2021.

(b) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(3.074)	497
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	156.004	75.214
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	(0,020)	0,007

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em função do início da vigência da nova apólice do plano de saúde ter ocorrido em dezembro de 2019, os ganhos e perdas decorrentes da avaliação inicial das obrigações com benefícios pós-emprego foram reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes, para o exercício de 2021 foi realizada a remensuração através de avaliação realizada por atuários independentes, as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Resultado do exercício

(a) Receita

As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	2021	2020
Operações		
Receita de serviços	103.406	96.645
Receita de construção	43.755	31.038
	147.161	127.683
Impostos e contribuições sobre serviços	(9.330)	(8.732)
Abatimentos e cancelamentos	(2.942)	(2.672)
	134.889	116.279

(b) Despesa por natureza

	Nota explicativa	2021	2020
Classificadas por natureza:			
Custo de construção (i)		(42.882)	(30.417)
Pessoal			
Remunerações		(10.263)	(10.021)
Encargos sociais e trabalhistas		(3.053)	(3.314)
Benefícios		(3.708)	(3.581)
		(17.024)	(16.916)
Materiais		(11.176)	(7.382)
Serviços			
Aluguéis e condomínios		(2.502)	(2.260)
Energia elétrica		(13.935)	(13.577)
Manutenções		(1.976)	(1.812)
Auditorias, consultorias e assessorias		(1.636)	(1.682)
Serviços pessoa física e jurídica		(10.517)	(10.839)
Outros		(1.117)	(534)
		(31.683)	(30.704)
Tributos, taxas e contribuições		(1.469)	(488)
Partes relacionadas	15	(9.035)	(9.340)
Seguros		(1.380)	(1.411)
Depreciação e amortização		(10.427)	(9.812)
Viagens		(18)	(18)
Perdas de créditos esperadas		(2.550)	(3.482)
Outras		114	3.066
		(127.530)	(106.904)
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(108.581)	(87.433)
Gerais e administrativas		(18.919)	(19.418)
Outras despesas, líquidas		(30)	(53)
		(127.530)	(106.904)

- (i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		934	3
Multa sobre atraso de pagamento		868	815
Juros sobre atraso de pagamento		766	550
Descontos condicionais obtidos			30
Outras		507	160
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)		(143)	(72)
		<u>2.932</u>	<u>1.486</u>
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias		(6.361)	(4.302)
Amortização do custo de transação		(1.036)	(275)
Partes relacionadas	15	(2.805)	(3.452)
Ajuste a valor presente		(714)	(408)
Multa por atraso de pagamento		(243)	(3)
Juros sobre atraso de pagamento		(86)	(416)
Juros obrigações com benefícios pós emprego		(21)	(48)
Outras		(3.673)	(1.187)
		<u>(14.939)</u>	<u>(10.091)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(12.007)</u>	<u>(8.605)</u>

21 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2021	2020
Equipamentos		255
Garantia de contrato	11.265	11.805
Responsabilidade civil	180.000	180.000
Risco de engenharia	63.886	
Riscos operacionais	400.000	410.000

BRK Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	<u>2021</u>
Total das adições nos ativos de contrato e do intangível (Nota 9 e 11)	43.620
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	<u>(8.542)</u>
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	35.078
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	(3.999)
Outras capitalizações	(17)
Fornecedores a pagar	(3.653)
Margem de construção do exercício	<u>(873)</u>
Total	<u>(8.542)</u>

* * *